



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

VICTOR PRATA GONÇALVES SARDINHA
117208898

MONOGRAFIA:
OS OLIGOPÓLIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: PPP'S E ATRATIVOS DO SETOR

ORIENTADOR: Prof. Jorge Lacerda Werneck

RIO DE JANEIRO
FEVEREIRO 2022

Dedico esta monografia

À Universidade Federal do Rio de Janeiro por todo o ensinamento e desenvolvimento dentro desses anos na graduação de Administração.

RESUMO

A educação é chave para o desenvolvimento nacional e para a melhora da qualidade de vida da população. Na infância, o indivíduo tem seus primeiros contatos com o meio social através da escola. Por isso, é de suma importância acompanhar os caminhos adotados por governo, empresas e escolas no cenário atual. Nesse contexto, grandes grupos financeiros participam da gestão de escolas, elaboração de currículos, confecção de materiais didáticos e outras ações que direcionam políticas públicas. Essa relação do capital com a educação no país é mais evidente e solidificada no ensino superior, no qual parcerias público-privadas, como o FIES e o PROUNI, permitiram o crescimento de grandes oligopólios no mercado. Entretanto, o aumento significativo de alunos endividados pelo FIES e mudanças nas políticas educacionais fizeram com que os repasses para o setor privado diminuíssem nos últimos anos, obrigando assim os oligopólios a buscar novos mercados. Nesse cenário, a educação básica se apresenta como uma alternativa de negócio para esses grupos, visto que existe uma enorme pulverização desse mercado, assim como uma alta demanda por materiais didáticos e outros serviços educacionais. O objetivo deste trabalho é analisar os oligopólios educacionais de capital aberto que atuam no ensino básico e sua relação com o setor público e os possíveis impactos desses fatores.

Palavras chave: Educação básica, Oligopólios, Parcerias Público-Privadas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do total de matrículas na educação básica por rede de ensino

Gráfico 2 – Número de matrículas em curso de graduação, por categoria administrativa – Brasil 1980-2019

Gráfico 3 – Ações da Vasta

Gráfico 4 – Ações da Arco Educação

Gráfico 5 – Ações da Bahema

Gráfico 6 – Ações da Cogna

Gráfico 7 – Percentual de matrículas privadas em relação as totais em diferentes países.

Gráfico 8 – Montante total de gastos das famílias em educação em bilhões de dólares

Gráfico 9 – Número de estudantes no ensino básico (em milhões, 2018)

SUMÁRIO

1. Introdução.....	06
1.1 Problema de pesquisa.....	07
1.2 Objetivos.....	07
1.3 Justificativa.....	07
2. Referencial teórico.....	09
2.1 Oligopólios.....	09
2.2 Parcerias público-privadas no setor educacional.....	09
2.3 Educação.....	10
3. Metodologia.....	10
3.1 Tipo de pesquisa.....	10
3.2 Universo e amostra.....	11
3.3 Procedimentos de coleta e análise de dados.....	11
3.4 Limitações do método.....	11
4. Resultados e discussão.....	12
5. Conclusões.....	16
6. Referências bibliográficas.....	22

1. INTRODUÇÃO

O processo de privatização do ensino brasileiro não é um acontecimento recente. Esse movimento tem origem na reforma universitária de 1968, durante o regime militar. Através dela, e das políticas públicas adotadas nesse período, ocorreu uma grande ampliação percentual da iniciativa privada no setor de educação em paralelo ao declínio da participação de instituições públicas de ensino (MARTINS, 2009).

Com o crescimento da oferta privada de serviços educacionais, o ensino passou “[...] a ser um negócio regido pelo signo da economia globalizada na qual se comercializam os mais variados produtos, de sanduíches a cursos de graduação (RODRIGUES, 2007, p. 2).” Essa mudança de percepção – de educação como direito comum aos cidadãos para mercadoria – foi intensificada no mandato de Fernando Henrique Cardoso, quando diversas leis e decretos incentivaram intensamente a expansão de empresas privadas, principalmente no ensino superior. Todas essas ações foram pautadas em uma política neoliberal, com a diminuição da participação do estado na economia (CRUZ; PAULA, 2018).

O processo de financeirização pode ser entendido como a importância dada ao capital especulativo, pautado na compra e venda de ativos, interferindo nas políticas públicas internacionais, abrangendo todos os setores da sociedade. Esse processo, naturalmente, impacta também os projetos educacionais. Por ser a educação um setor altamente dependente de mão-de-obra e serviços, a padronização e ampliação da oferta faz com que os custos envolvidos sejam barateados, tornando essa uma área muito favorável ao investimento privado (BASTOS, 2013).

A entrada no setor também é bem vista por grandes grupos econômicos em função da associação feita pela opinião pública a conceitos como caridade e filantropia, pois é difícil precisar se, de fato, são ações beneficentes ou se é uma adesão a uma nova oportunidade de mercado (ADRIÃO, 2017). Nesse contexto, foi muito evidenciado o processo de fusões e aquisições no ensino superior brasileiro, acelerado com programas governamentais como o FIES e o PROUNI, que transferem grandes quantias aos grupos educacionais privados (AZEVEDO, 2015).

Esse processo de financeirização do ensino não se limita apenas ao ensino superior. A educação básica também é afetada. A venda de soluções educacionais (livros didáticos,

aplicativos, equipamentos eletrônicos, consultorias, entre outros) possibilita ao setor privado a expansão do mercado sem necessariamente adquirir estabelecimentos de ensino. Além disso, a oferta desses produtos e serviços também abrange instituições públicas que, através de programas governamentais como o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), transferem recurso para grandes grupos econômicos (ADRIÃO, 2017).

A materialização desse processo culminou na entrada dessas empresas na bolsa de valores. O primeiro ano no qual ocorreram ofertas de ações nesse setor foi o de 2007, através dos grupos Anhanguera, Pitágoras e Estácio de Sá. Hoje, cinco empresas do segmento são cotadas na Bovespa (Kroton, Yduqs, Ser, Ânima e Bahema). Além delas, outras três são cotadas na Nasdaq (National Association of Securities Dealers Automated Quotations), que são: Arco, Afya e Vasta (controlada pelo grupo Kroton). Destaca-se também a Eleva Educação que anunciou a pretensão de abrir capital na Bolsa de Nova York. Dessas nove organizações, cinco atuam no ensino básico (TRICONTINENTAL, 2020).

1.1. O problema de pesquisa

Como as empresas de capital aberto no mercado de educação básica se relacionam com o setor público e quais motivos tornam esse segmento atrativo para a atuação de oligopólios no país.

1.2 Objetivos

O presente trabalho visa analisar as empresas de capital aberto no mercado de educação básica no Brasil, nas quais o processo de financeirização é mais acentuado, suas respectivas parcerias com o setor público, os motivos que tornam esse segmento atrativo para oligopólios e os possíveis impactos desses fatores.

1.3 Justificativa

A educação básica, que é um direito de todo cidadão e um dever do estado, tem no seu desenvolvimento uma política pública preponderante para a evolução democrática, para a redução de desigualdades sociais e econômicas, para dar base para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, entre outros fins (CURY, 2008). Segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anysio Teixeira), em 2020, o total de matrículas na educação no país era de 47.295.294. Desse total 18,6 por cento é referente ao

setor privado, totalizando o número de 8.791.186 alunos. Soma-se a esse mercado a oferta de serviços educacionais e materiais didáticos, que, somente através do PNLD, chegou ao montante de R\$ 1.390.201.035,55 somente no ano de 2020, demonstrando o grande potencial econômico desse mercado (PNLD, 2021).

Outro fator importante a ser analisado é o aumento das parcerias público-privadas (PPP's) no setor. A título de exemplo, podemos citar o projeto de lei (PLS 466/2018), de autoria do então senador José Serra, que permite a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguem matricular seus filhos, na faixa de idade de 0 a 5 anos, no ensino público. Após essa permissão, foi aprovado na ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo) o Projeto de Lei 434/19, que institui o programa “Voucher na Educação”, possibilitando às escolas particulares do estado de São Paulo o recebimento de compensações financeiras públicas para o atendimento de alunos previamente cadastrados.

O governo federal determinou, através da medida provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que regulamentou o programa auxílio Brasil, o auxílio criança cidadã. Ele seria destinado para o acesso de crianças a creches em tempo integral ou parcial que não tenham vaga disponíveis na rede pública ou privada conveniada que atenda as necessidades da família. A faixa de idade beneficiada seria de zero até quarenta e oito meses incompletos de idade.

O líder de relações governamentais Lucas Hoogerbrugge ponderou da seguinte maneira ao ser questionado sobre a medida: “O que a literatura nos mostra é que os resultados de outros países que adotaram a medida são mistos. O que dá certo é mais exceção do que regra”. A professora da Universidade de Brasília e dirigente da Campanha Nacional pelo Direto à Educação, a medida defende os interesses do mercado empresarial e que no Chile aonde o repasse de valores para creches já virou lei, os pais que possuem condições complementam o valor para colocar seus filhos em instituições melhores, e os mais pobres acabam ficando em locais mais precarizados (UOL, 2021).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Oligopólios

Em um mundo globalizado, os indivíduos estão cada vez mais dependentes das decisões de grandes empresas e conglomerados. Por isso, compreender e delimitar o que é um oligopólio é de suma importância. Mesmo as definições sendo diversas, elas convergem na ideia de que se pode compreender esse termo como a relação de uma empresa, ou grupo, que detém uma parcela do setor em que atua, fato esse que a permite controlar variáveis de mercado (CAVALCANTI, 2014).

Essas organizações se relacionam com o Estado de diversas formas. Com o intuito de incentivar essa e outras relações com o setor privado, em 30 de dezembro de 2004, foi publicada a Lei nº 11.079, conhecida como “Lei de Parcerias Público-Privadas (PPP’s)” (BRASIL, 2004). Essa lei objetivava aumentar investimentos, já que a capacidade de aporte estatal fica cada vez mais limitada com o aumento da dívida pública (PÉRICO; REBELATTO, 2005).

2.2 Parcerias Público-Privadas no Setor Educacional

A relação do setor educacional com o meio privado é extremamente controversa e amplamente debatida devido à notória essencialidade da educação no progresso das nações, na diminuição das desigualdades e na inclusão social. O crescimento das parcerias público-privadas em educação (PPPE) pode ser entendido como uma política a serviço dos interesses do capital (ROBERTSON; VERGER, 2012). Mas também há quem defenda esse tipo de parceria, entendendo que a participação do estado deve se concentrar na regulação do setor, compreendendo a escola como “bem privado”, promovendo a competição entre as escolas e financiando os mais pobres através de vales educacionais (NÓVOA, 2014).

Em relatório preliminar ao 5º Congresso Mundial de Educação Internacional, os autores Stephen J. Ball e Deborah Youdell trazem para debate as formas de privatização do ensino público. Para eles, esse movimento é oriundo de uma política deliberada que gera uma orientação cada vez mais baseada no mercado, competitiva e consumista. Isso ocorre de forma camuflada e apresentada como “modernização” ou como um tipo de “reforma educacional”, na qual a educação se confunde com mercadoria (BALL; YOUDELL, 2007).

2.3 Educação

A educação é uma importante ferramenta de inclusão social. Para Hannah Arendt, a educação está diretamente relacionada ao conceito de natalidade. Para a autora, cada nascimento é a constituição de um novo início. Entretanto, para os seres humanos, esse ato não se restringe ao simples aparecimento material. Essas novas possibilidades estão ligadas a como nós interagimos com o mundo e a educação seria a mediadora dessas relações (CÉSAR; DUARTE, 2010).

A escola tem um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento crítico, que possibilita o avanço dos indivíduos e da sociedade. Paulo Freire criticava de forma firme o conceito de educação “bancária”, na qual o educador “deposita” os conceitos no aluno. Para ele a educação deve ser feita através da troca de discentes e docentes, com o meio social e com o mundo. Essa visão crítica, que deve ser estimulada desde a infância, é de suma importância para a melhora da qualidade de vida das nações e de seus indivíduos (FREIRE, 1967).

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Adotamos o critério de classificação apresentada por Vergara (1998), que segmenta a tipologia em duas classificações: quanto aos fins e quanto aos meios.

Quanto aos fins, esta pesquisa terá caráter explicativo e descritivo. Explicativo porque, embora existam diversos artigos e estudos versando sobre oligopólios, educação básica e PPP's, não se verificou a existência de estudo que estabeleça uma correlação entre esses três fatores no cenário nacional. Descritivo porque esse estudo tem como objetivo descrever as empresas de capital aberto que atuam no setor e suas relações com o setor público brasileiro.

Quanto aos meios, a pesquisa será bibliográfica e documental. Bibliográfica, pois para a fundamentação teórica e metodológica foram analisados os seguintes assuntos: parcerias público-privadas, oligopólios e educação básica. Documental, porque se utilizará documentos e informações disponibilizadas por órgãos governamentais (FNDE, Ministério da educação e da economia), balanços publicados pelas empresas de capital aberto analisadas e documentos oficiais disponibilizados por elas.

3.2 Universo e Amostra

O universo desse estudo pode ser definido como as empresas privadas de capital aberto no setor de educação básica no Brasil. Pelo fato de serem somente cinco organizações enquadradas nesse grupo, a amostragem adotada, seguindo o critério de tipicidade, será igual ao universo.

3.3 Procedimentos de Coleta e de Análise de Dados

A coleta de dados se deu por meio de pesquisa documental de balancetes, documentos e entrevistas concedidas a veículos de imprensa de gestores das empresas delimitadas na amostragem. Bem como pela divulgação por órgãos governamentais, por meio de portal de transparência, de transferência de recursos público para o setor privado, via PNLD e demais PPPE's. Pretende-se também analisar documentos do TCU (Tribunal de Contas da União) para verificar a otimização e transparência das verbas destinadas para o setor, além de outras consultas como as visões de economistas e portais especializados na área. A pesquisa bibliográfica será feita por meio de artigos e estudos científicos pertinentes ao assunto para trazer à discussão possíveis impactos dos fatores que serão levantados nessa pesquisa.

A análise dos dados utilizará duas abordagens: qualitativa e quantitativa. Quando forem estudados relatórios financeiros, valor de mercado, faturamento e transferências de recursos públicos para o setor privado, será feita uma abordagem quantitativa. Já para compreender o comportamento do mercado, as entrevistas de gestores e economistas, projetos de lei e afins, será realizada uma análise qualitativa.

3.4 Limitações do Método

O método escolhido para o trabalho possui limitações em sua análise por conta do viés do pesquisador, por mais que busque a isenção, já que as abordagens qualitativas, de uma forma geral, possuem uma tendência a serem impactadas pelo filtro de seu autor. Além disso, por mais que todas as empresas analisadas sejam de capital aberto e tenham que divulgar parte de suas informações financeiras aos investidores, bem como o governo federal deve ser transparente na alocação de recursos públicos, nem sempre o acesso a essas informações é fácil e ocorre de elas não serem divulgadas da melhor forma.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Já em 2007, Silvia Cristina de Souza, no artigo “A mercantilização do ensino fundamental: Experiências do quase-mercado”, alertava para o movimento de incentivo a oferta do ensino por meio de instituições privadas com regulação estatal. A autora destaca a concepção de inserir no ambiente educacional mecanismos típicos de mercado, como, por exemplo, a competição entre as escolas através de avaliações externas e a transferência de serviços para o setor privado. Este movimento se diferencia de uma privatização mais tradicional, pois mantém-se o financiamento estatal (SOUZA, 2007).

Esse processo de parceria-público privada e novas regulamentações propiciaram um crescimento altamente expressivo desse segmento, através do FIES, do PROUNI, da autorização para o ensino à distância na graduação, incentivando a formação de grandes conglomerados educacionais. Do ano de 2000 até 2012, as instituições de ensino superior públicas cresceram 100,1%. Já as particulares com fins lucrativos, 688,2%. Entretanto, a partir de 2015, com mudanças no cenário político e econômico, ocorreram alterações expressivas na modelagem do FIES e do PROUNI, o que fez com que essas empresas tenham a tendência de buscar cada vez mais aumentar e otimizar seus portfólios através de novas fusões e aquisições (CORREA, 2017).

A Cogna, antes denominada como Kroton, foi extremamente beneficiada por esse crescimento exponencial e chegou a se tornar a empresa do segmento educacional com maior valor de mercado no mundo. A organização foi impactada diretamente nas novas regulamentações do PROUNI e do FIES. Em busca de novos mercados, a empresa, em 2018, adquiriu a Somos, à época a maior empresa de educação básica do país. Com uma nova estratégia de manter a menor quantidade de bens e ativos necessários para prosseguir com as suas operações (asset light), a empresa vendeu seus colégios para o grupo Eleva e adquiriu o sistema de ensino do grupo, focando sua atuação em materiais didáticos e outros produtos educacionais (COGNA, 2021).

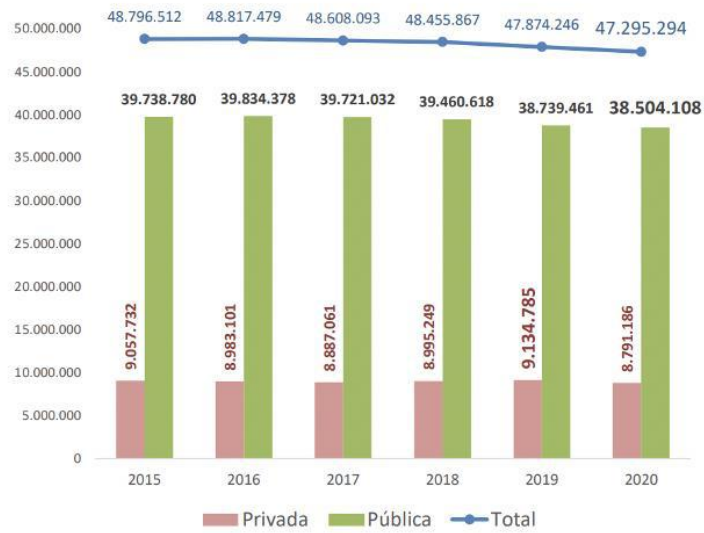
Segundo dados divulgados no portal da transparência, o PNLD, no ano de 2020, movimentou o montante de R\$ 1.390.201.035,55, dos quais R\$ 396.472.839,08 foram transferidos para empresas que fazem parte da Cogna, o que equivale a 28,51% de todo o recurso alocado no programa. No ano de 2019, o valor total do programa foi de R\$ 1.102.025.652,17 e o valor destinado a empresa foi de R\$ 373.371.081,53, ou seja, 33,88%.

Em relatório divulgado a Vasta, grupo que pertence a Cogna e que engloba todo o portfólio de materiais didáticos destinados ao ensino básico, teve a receita anual em 2020 foi de R\$ 997,6 milhões. Já em 2019, foi de R\$ 989,7 milhões. Sendo assim, os recursos repassados pelo PNLD corresponderam a, aproximadamente, 40% em 2020 e 38% em 2019 dos recebíveis da Vasta (PNLD, 2021) (VASTA, 2021).

Na negociação supracitada entre os grupos Cogna e Eleva envolvendo a troca de sistema de ensino por escolas, ficou acordado que a Cogna venderá as suas escolas para a Eleva por um valor de R\$ 964 milhões e adquirirá da Eleva o seu sistema de ensino por R\$ 580 milhões. Ficou definido pelas partes que as escolas adquiridas adotarão os materiais da Vasta por dez anos, com exceção dos colégios considerados de elite pela Eleva. Nesse acordo, fica muito clara a diferença de estratégias das empresas: a Vasta passa a focar exclusivamente no fornecimento de materiais didáticos e outras soluções, e a Eleva mantém a sua estratégia de atuação na prestação de serviços educacionais (ÉPOCA, 2021).

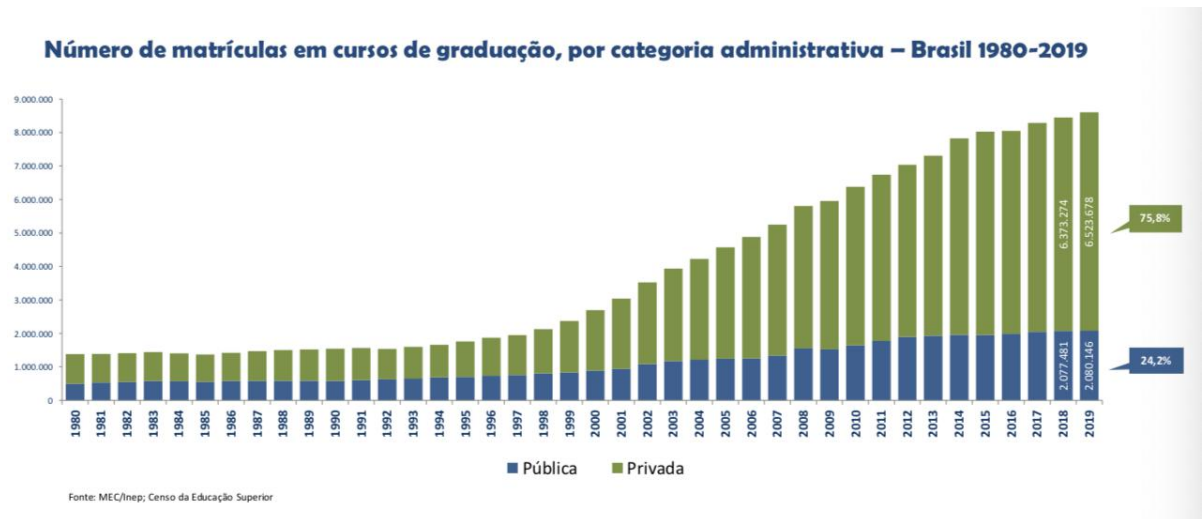
Com a aquisição das escolas da Cogna, a Eleva deve ter matriculados em suas escolas aproximadamente 120 mil estudantes. Segundo William Klein, presidente da consultoria Hoper, o mercado do ensino básico segue muito pulverizado, diferente do ensino superior. Ele constata também que o movimento de formação de conglomerados educacionais no ensino básico começou há pouco tempo e que se deu dez anos após o do ensino superior (UOL, 2021). Atualmente, a maioria do alunado do ensino básico está matriculado na rede pública, o que não ocorre no ensino superior.

Gráfico 1 – Evolução do total de matrículas na educação básica por rede de ensino



Fonte: Inep/Censo Escolar 2020

Gráfico 2 – Número de matrículas em curso de graduação, por categoria administrativa – Brasil 1980-2019



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Superior

Fonte: INEP

No primeiro gráfico é apresentada a quantidade de matrículas do ensino básico separadas entre públicas (verde) e privadas (rosa). Verifica-se que as matrículas públicas representam em média, aproximadamente, 80% do total de matrículas. Sendo assim, as particulares representam, aproximadamente, os outros 20% restantes. Já no segundo gráfico, é descrita a mesma divisão, só que no ensino superior, entre público e privado (que são

denominados como categorias administrativas), no qual a proporção é quase que inversa à do primeiro gráfico. Em 2019, as matrículas privadas (apresentadas na cor verde) representavam 75,8% das matrículas totais. Já as públicas, 24,2%. O gráfico também mostra que a proporção e quantidade de matrículas privadas no ensino superior começaram a crescer de forma exponencial nos anos 2000, o que coincide com a flexibilização de cursos em EAD e a criação do FIES e do PROUNI. Esses dados evidenciam o potencial de crescimento do setor privado no ensino básico, visto que a proporção de matrículas privadas ainda é muito pequena em relação ao total.

As duas empresas se utilizam de estratégias diferentes, que ficam evidenciadas no discurso de seus gestores. Bruno Elias Pires, um dos fundadores da Eleva, respondeu da seguinte forma ao ser questionado sobre ensino online na educação básica: “Eu já pensava assim há dois anos e falei isso em um evento internacional. Não dá para apostar nesse modelo para ensino fundamental. Talvez, a partir do 8º ano [penúltimo do fundamental]. Tem adulto que não se concentra em formação online para concursos públicos com salários de 30 mil mensais. Como pedir isso de crianças?” (EXAME, 2021).

Já Rodrigo Galindo, CEO da Cogna, fez o seguinte comentário ao falar sobre as pretensões da Vasta: “Olha a beleza do negócio: o aluno entra na Plurall, que é a plataforma da Vasta, e clica ‘quero fazer aula particular’. E passa ter acesso aos professores das escolas particulares que se associaram para dar aula particular. Ali ele descobre qual o valor da aula, qual o cronograma e qual o conteúdo que ele quer estudar. Pela plataforma o professor aceita o pedido, o aluno assiste à aula e faz o pagamento. Tudo com uma experiência fluida, sem sair do ambiente dele.” (EXAME, 2021)

Outra empresa que disputa esse mercado de materiais didáticos e soluções educacionais é a Arco educação, que anunciou em 2021 a aquisição dos sistemas de ensino COC e Dom Bosco da Person. Esses dois sistemas de ensino atendem a mais de 210 mil alunos. O setor de sistema de ensino passou por inúmeras fusões e aquisições nos últimos anos e atende, aproximadamente, de três a cada quatro escolas particulares no Brasil. Essa tendência se dá pelo fato de escolas pequenas e médias não terem estrutura suficientes para lidar com as mudanças educacionais. Sendo assim, os sistemas de ensino trazem uma solução pronta para as escolas (VEJA, 2021).

A Bahema Educação é uma empresa criada em 2016 e que, assim como a Eleva, tem como seu principal ativo a gestão de escolas. O grupo possui 11 marcas e mais de 11 mil

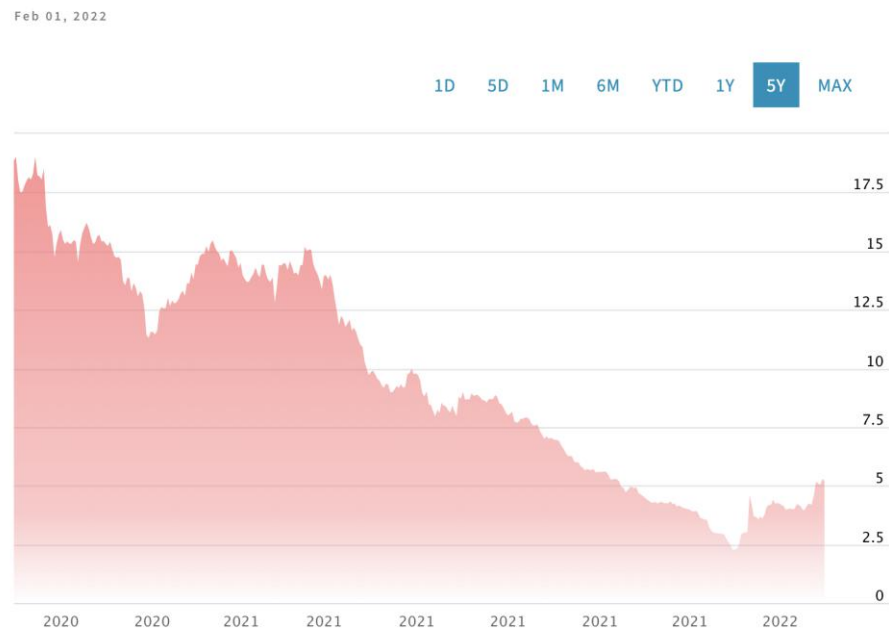
alunos e está presente em 11 estados. A média de anuidade de uma escola particular no Brasil é de R\$ 8.736, já a do grupo é de R\$ 39.325. A empresa tem em seu portfólio escolas tradicionais e reconhecidas em suas respectivas regiões (BAHEMA, 2021).

As PPP's na educação básica não se limitam somente à venda de materiais didáticos. Em sua dissertação de mestrado, Bruno da Costa Lucas Rodrigues faz uma avaliação da utilização de uma parceria público-privada para a construção e operação de creches em Belo Horizonte. No estudo, se faz uma comparação de 27 unidades baseadas nesse modelo de parceria e outras 19 no modelo tradicional. Nessa amostra, as creches construídas no modelo de PPP foram entregues em um tempo 45% menor do que nas unidades tradicionais. Além disso, em pesquisa realizada com diretores de creches desse, eles afirmam ter 25% mais tempo para focar nas atividades pedagógicas, pois gastam menos tempo na gestão administrativa (RODRIGUES, 2015).

5. CONCLUSÕES

O mercado de educação básica ainda é muito pulverizado, o que possibilita fusões e aquisições de forma mais acelerada. A pandemia afetou de forma considerável o setor, o que pode ser facilmente visto no valor de mercado das empresas desse segmento. A Eleva ainda não fez seu IPO, por isso, ainda não possui dados divulgados e a Bahema manteve o valor das suas ações em estabilidade, o que pode ser explicado pelo perfil de suas atividades, já que a empresa trabalha somente com colégios com ticket médio de mensalidade alto, o que faz com que ela seja menos impactada em momentos de crise econômica. Entretanto, Vasta, Cogna e a Arco Educação tiveram queda no valor dos seus títulos. Apesar da crise, após os números divulgados no final do ano passado, a Vasta e a Arco estão com uma tendência de alta no valor das suas ações. A Cogna permanece com tendência de desvalorização e com uma recuperação mais lenta, prevista para iniciar nos próximos anos. Apesar da crise, o mercado de fusões e aquisições permanece aquecido. Podemos ver isso na troca de ativos da Eleva com a Cogna e na aquisição dos sistemas da Pearson pela Arco Educação.

Gráfico 3 – Ações da Vasta



Fonte: Nasdaq

Gráfico 4 – Ações da Arco Educação



Fonte: Nasdaq

Gráfico 5 – Ações da Bahema



Fonte: B3

Gráfico 6 – Ações da Cogna

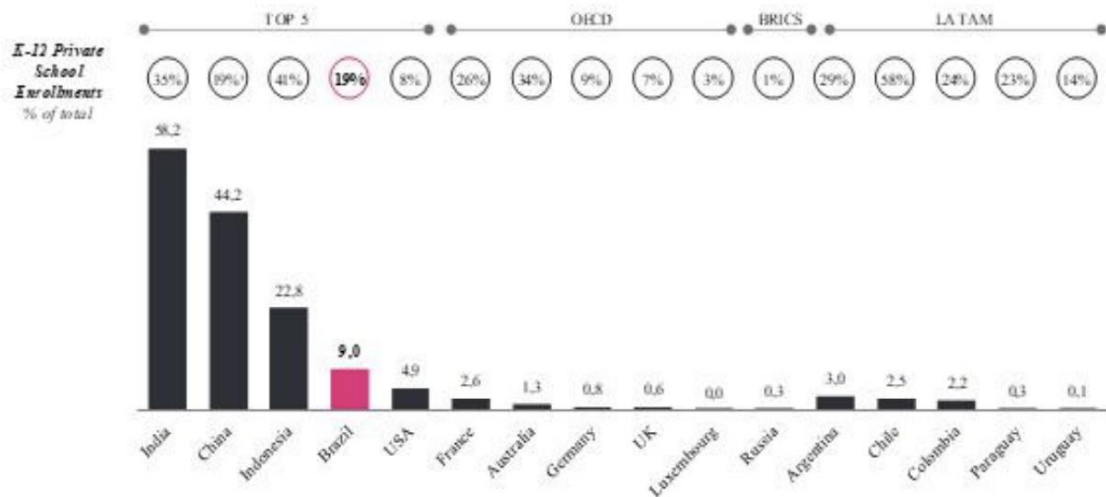


Fonte: B3

Em seu relatório anual, referente ao ano de 2020, a Vasta contratou assessores externos para avaliar as oportunidades de mercado da empresa, bem como os fatores de risco. De acordo com um relatório feito por Oliver Wyman, contratado pela empresa, o valor da TAM (que é a demanda de mercado total disponível para um produto ou serviço) seria de R\$ 24,3 bilhões. Wyman estimou um crescimento maior que 100% até 2030 chegando a R\$ 54 bilhões, o que representa um alto potencial de crescimento.

Com 48,5 milhões de alunos matriculados no ensino básico em 2018, de acordo com o censo escolar, esse segmento é comparativamente maior do que em outros países. O alunado do ensino fundamental e médio representa 23% da população total, já nos Estados Unidos esse percentual é menor que 17%, de acordo com a NCES (National Center for Education Statistics). O mercado também é grande se comparado ao norte-americano. Entretanto, se comparado à China, Indonésia e Índia, há uma grande margem para crescimento, conforme gráfico abaixo. Nele, está descrito o percentual de matrículas no ensino básico privado em relação ao total.

Gráfico 7 – Percentual de matrículas privadas em relação as totais em diferentes países.

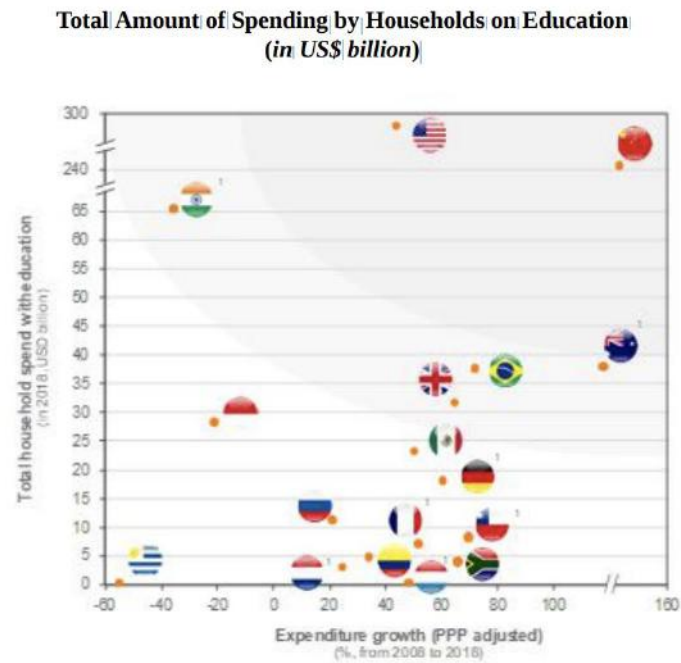


Fonte: Vasta

Outro fator que pode significar um crescimento para o setor é a importância que as famílias dão para o investimento em educação. De acordo com o relatório “O valor da educação”, de 2014, do HSBC, 79% das famílias brasileiras consideram uma educação de

qualidade como o melhor investimento que realizam ou podem realizar. Isso faz com que essa seja de fato uma prioridade das famílias. O gráfico abaixo mostra que o Brasil é um dos países com os maiores gastos familiares em educação no mundo.

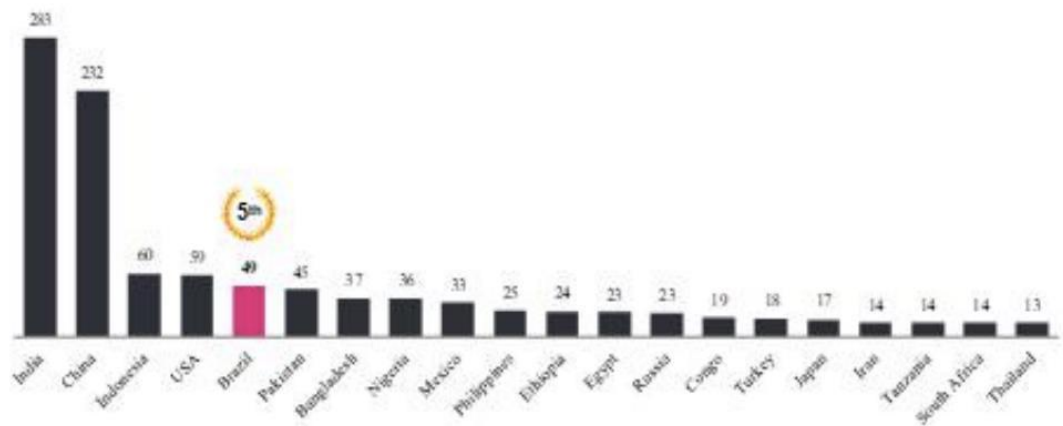
Gráfico 8 – Montante total de gastos das famílias em educação em bilhões de dólares



Fonte: Vasta

O Brasil tem a quinta maior população estudantil no ensino básico, conforme demonstrado em gráfico abaixo. Ficando atrás apenas de países do sudeste asiático e dos Estados Unidos.

Gráfico 9 – Número de estudantes no ensino básico (em milhões, 2018)



Fonte: Vasta

Nos fatores de risco, a empresa listou: os impactos negativos no resultado devido a pandemia de COVID-19; a concorrência e substitutos potenciais; a dependência cada vez maior de recursos tecnológicos e necessidade de atualizações constantes; a piora da qualidade de produtos e serviços devido ao processo de expansão acelerada; a sazonalidade do negócio de materiais didáticos que são vendidos somente no início do ano; e a relação com os clientes que pode ser afetada devido ao tamanho da operação.

As parcerias público-privadas no setor tendem a crescer devido aos projetos de lei e propostas que permitem o pagamento de voucher educacional para famílias de baixa renda, o que pode alavancar o crescimento do setor, como ocorreu no ensino superior com a implementação do FIES e do PROUNI. A educação é direito constitucional de todos e deve ter grande importância na pauta de gestores de órgãos públicos e privados. Deve-se ter cuidado com a mercantilização do ensino para que a qualidade da formação não deixe de ser prioridade nas ações nesse setor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa. **A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica.** HARADA, Andrea; SANTOS, Boaventura de Souza; NAPOLITANO, Celso; PIOLLI, Evaldo; KLAFKE, Guilherme Forma; FARO, José; GHIRARDI, José Garcez; MALVESSI, Oscar; BURGARELLI, Rodrigo; PORTELA, Romualdo; ALMEIDA, Wilson Mesquita; O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco / Federação dos Professores do Estado de São Paulo - Fepesp; Gilberto Maringoni (org.) et ai. – São Paulo: Olho d'Água, 2017. Disponível em: <http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio_da_educacao_FEPESP_HD-aprimorado-14mai19.pdf#page=77>. Acesso: 13 de Abril. 2021.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves. **Transnacionalização e mercadorização da educação superior: Examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-mercantil.** Rev. Inter. Educ. Sup, Campinas, SP, v.1, n.1, pg 86-102, jul/set. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650522>>. Acesso: 13 de Abril. 2021.

BAHEMA. www.bahema.com.br. Disponível em: <https://www.bahema.com.br/wp-content/uploads/sites/21/2021/06/Apresentacao-RI-PORT-1S21.pdf>. Acessoem: 30 jan. 2022.

BALL, S.J.; YOUDELL, D. **Hidden privatisation in public education. Preliminary report.** Education International 5th World Congress, University of London, 2007. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.534.7273&rep=rep1&type=pdf>> Acesso: 29 de Abril. 2021.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Financeirização, crise, educação: considerações preliminares.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=Financeirização,+crise,+educação:+considerações+preliminares.&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar>. Acesso: 13 de Abril de 2021.

BIMBATI, Ana Paula. **VOUCHER PARA CRECHE PROPOSTO POR BOLSONARO É PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO?** Uol, 2021. Disponível em:

<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/14/voucher-creche-privatizacao-educacao-infantil-bolsonaro.htm>. Acesso em: 9 de Fevereiro. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei do Senado Nº 446**, de 2018 que Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a instituição de programa de auxílio financeiro para as famílias de baixa renda que não conseguirem matricular crianças de 0 a 5 anos em estabelecimentos de educação infantil, bem como a divulgação de lista de espera de interessados em vagas nas referidas unidades. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7891281&ts=1594018173483&disposition=inline>>. Acesso em: 13 de Abril. 2021.

BRASIL, Presidência da República Casa Civil. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso: 28 de Abril. 2021.

CAVALCANTI, Rodrigo de Camargo. **CADE: o oligopólio no estado brasileiro de intervenção necessária**. 2014. 208 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/6672/1/Rodrigo%20de%20Camargo%20Cavalcanti.pdf>>. Acesso: 28 de Abril. 2021.

CESAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. **Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 36, n. 3, p. 823-837, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 29 de Abril. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000300012>.

COGNA E ELEVA FECHAM ACORDO PARA TROCA DE SISTEMAS DE ENSINO E ESCOLAS. Época negócios, 2021. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2021/02/cogna-e-eleva-fecham-acordo-para-troca-de-sistema-de-ensino-e-escolas.html>. Acesso em: 30 de jan. 2022.

COGNA. www.cogna.com.br. Disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/e1110a12-6e58-4cb0-be24-ed1d5f18049a/0585b350-7463-fdad-31cd-9540414c2b14?origin=2>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CORREA, Eneida Cardoso de Britto. POSSÍVEIS IMPACTOS DAS NOVAS DIRETRIZES DO FIES E EAD NAS ESTRATÉGIAS OS OLIGOPÓLIOS EDUCACIONAIS. Revista de defesa da concorrência, Volume 5, número 1, página 72 até 104, maio, 2017. Disponível em: <https://revista.cade.gov.br/index.php/revistadedefesadaconcorrencia/article/view/289/158>. Acesso em: 30 jan. 2022.

CRUZ, Andréa Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 3, p. 848-868, nov. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v23n3/1982-5765-aval-23-03-848.pdf>>. Acesso: 13 de Abril. 2021.

CURRY, Carlos Roberto Jamil. **A educação básica como direito**. Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303. maio/ago. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf>>. Acesso em: 13 de Abril. 2021.

FERRAZ, Ricardo. ARCO EDUCAÇÃO COMPRA SISTEMAS DE ENSINO COC E DOM BOSCO. Veja, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/arco-educacao-compra-sistemas-de-ensino-coc-e-dom-bosco/>. Acesso em: 30 de jan, 2021.

FERRAZ, Ricardo. PAÍS INVESTE EM UM JEITO NOVO DE ENSINAR, CONECTADO AO MUNDO MODERNO. Veja, 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/pais-investe-em-um-jeito-novo-de-ensinar-conectado-ao-mundo-moderno/>. Acesso em: 30 de jan, 2021.

FREIRE, Paulo. Papel da Educação na Humanização. Rev. da FAEEBA, Salvador, n. 7, p. 9-17, jan./jun. 1997. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1128/2/FPF_OPF_01_0018.pdf. Acesso em: 09 de Fevereiro, 2022.

GUIMARÃES, Fernanda. LEMANN AUMENTA APOSTA EM EDUCAÇÃO E GRUPO ELEVA SE TORNA UM DOS MAIORES DO MUNDO EM ENSINO BÁSICO. Uol, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/02/26/lemann-faz-grande-aposta-em-educacao.htm>. Aceso em: 30 de jan. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo educação superior, 2019**. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 02 de Fevereiro de 2022

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar, 2020**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf.

Acesso em: 13 de Abril de 2021

MARTINS, Carlos. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no brasil**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Acesso: 13 de Abril. 2021.

Medida provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>. Acesso em: 9 de Fevereiro. 2022.

NÓVOA, António (2009). Educação 2021: **Para uma história do futuro**. Revista Iberoamericana de Educación, 49, 1-18. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf Acesso: 29 de Abril. 2021.

PÉRICO, A. E.; REBELATTO, D. A. DO N. **Desafios das parcerias público-privadas (PPPs)**. Revista de Administração Pública, v. 39, n. 5, p. 1031 a 1052, 1 jan. 2005. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6578/5162> Acesso: 28 de Abril. 2021

PNLD – Conteúdo do Portal do FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 13 de Abril. 2021.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. **A origem das parcerias público-privada na governança global da educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, Dec.

2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400012&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 29 de Abril. 2021.

RODRIGUES, Bruno da Costa Lucas. **AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA UTILIZAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA A CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE UNIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELO HORIZONTE**. Orientador: César Zucco Júnior. 2015. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15197/Dissertac%20a%20o%20Bruno%20Versa%20o%20Final.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 de jan. 2022.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007

SAKATE, Marcelo. COGNA ANUNCIA KROTONMED E ENTRA NO RENTÁVEL RAMO DE CURSOS DE MEDICINA. Exame.invest, 2021. Disponível em: <https://invest.exame.com/me/cogna-anuncia-krotonmed-e-entra-no-rentavel-ramo-de-cursos-de-medicina>. Acesso em: 30 de jan, 2021.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Nº 434**, de 2019. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000262621>>. Acesso em: 13 abril. 2021.

SOUZA, S. C. de; SIMÕES, M. S. B. A mercantilização do ensino fundamental: experiências do quase-mercado educacional. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 2, n. 1, p. 81–90, 2007. DOI: 10.21723/riaee.v2i1.460. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/460>. Acesso em: 30 jan. 2022.

TRICONTINENTAL, Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. **A educação brasileira na bolsa de valores. As oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional**. Front. Outubro de 2020. Disponível em: <https://www.thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/10/20201015_Financeirização-da-Educação_Web.pdf>. Acesso: 13 de Abril. 2021.

VALENTI, Graziella. ELEVA: A TACADA DO GRUPO DE EDUCAÇÃO ELEITO POR LEMANN PARA SER O MAIOR E MELHOR DE EDUCAÇÃO”. Exame, 2021. Disponível

em: <https://exame.com/exame-in/eleva-a-tacada-do-grupo-de-educacao-eleito-por-lemann-para-ser-o-maior-e-melhor-de-educacao/>. Acesso em: 30 de jan, 2021.

VASTA EDUCAÇÃO. vasta.globalri.com.br. Disponível em:
<https://ir.vastaplatform.com/static-files/a62b36e6-a795-4284-b48b-477745f373e2>. Acesso
em: 30 jan. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. Editora atlas S.A. 001.8, V4944p, 2.ed. São Paulo. 1998.